

PJM / PMMR

CONTRATO Nº: 20220039

PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 9/2020-00030

CONTRATADA: CRISPIM E GOMES TELECOM LTDA-ME

**EMENTA: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE
PRAZO DE VIGÊNCIA.**

RELATÓRIO:

Trata-se de análise para solicitação de ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, ao **contrato nº 20220039**, oriundo do **Pregão nº 9/2020-00030**.

Foi solicitado pela **Secretaria Municipal de Educação** através do Ofício de nº 185/2022, fundamentando o pedido de aditivo de prazo de vigência do contrato em questão, da **CRISPIM E GOMES TELECOM LTDA-ME**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada fornecimento de internet banda larga (MEGA FULL DEDICADO) visando atendimento ao FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

É o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO:

Como alhures exposto, versam os presentes autos acerca da análise da possibilidade e legalidade de prorrogação do **Contrato nº 20220039**, decorrente do **PROCESSO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020-00030**, da empresa **CRISPIM E GOMES TELECOM LTDA-ME**.

Inicialmente deve-se destacar que nos contratos celebrados pela Administração Pública pode-se falar em prorrogação do contrato por acordo entre as partes, se a situação fática se enquadra em uma das hipóteses dos incisos do art. 57º, caput ou dos incisos do §1º, do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93.

Assim, o aditivo de prazo deve resultar do consenso entre as partes contratantes, ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, consoante exigências determinadas no §2º do art. 57º da Lei das Licitações e Contratos.

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade e legalidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57º, II, § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

**Art. 57. A duração dos contratos regidos por
esta Lei ficará adstrita à vigência dos**



respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - À prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

§2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe o aditivo de prazo, sem aditamento de seu valor, e, dessa forma, amoldando-se perfeitamente a presente pretensão no que prescreve o art. 57º, Inciso II e o § 2º, da Lei 8.666/93.

É a Fundamentação.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, observado o pedido de Aditivo de prazo, bem como os documentos apresentados, e a justificativa apresentada, OPINA-SE pela prorrogação do contrato e realização do Termo Aditivo do **Contrato nº 20220039** por não encontrar óbices legais no procedimento, conforme dispõe o art. 57º, Inciso II e o § 2º, da Lei 8.666/93.

É o parecer, SMJ.

Mãe do Rio – Pará, 19 de dezembro de 2022.

HALEX BRYAN SARGES DA SILVA
PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL – DECRETO Nº. 001/2022
ADVOGADO OAB/PA Nº. 25.286